



## O ESPAÇO DO DISCURSO CONTRAHEGEMÔNICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Prof. Jaeme Luiz Callai  
Ms. História do Brasil  
UNIJUÍ – RS (Brasil)

A historiografia brasileira e manuais de “história do Brasil” utilizados no ensino escolar tem sofrido alterações significativas nas últimas décadas, particularmente no que diz respeito aos temas discutidos. Estas alterações devem-se a conjugação de uma série de fatores. Primeiramente é importante salientar que a pesquisa histórica no Brasil sofre o impacto positivo da consolidação de um sem número de programas de pós-graduação de história. Os ensinamentos aí ministrados, a oportunidade de discussão, de intercâmbio com outros centros de pesquisa contribui para a formação de professores pesquisadores que atuam em sua maioria no sistema universitário de ensino de história, seja nas licenciaturas, seja no próprio bacharelado.

É através do ensino de pós-graduação e do desenvolvimento e defesa dos trabalhos de conclusão (dissertações e/ou teses) que se renova teórica e metodologicamente a pesquisa histórica e por via de consequência o próprio

conhecimento histórico no Brasil. Esta produção especializada, realizada entre muros, lentamente chega ao conhecimento e domínio do público leigo e mesmo à rede escolar de ensino. A ocorrência deste retardo deve-se em parte ao distanciamento, e equivocada distinção, entre os que produzem a pesquisa, o conhecimento, e aqueles que o transmitem. Há uma distância, ciosamente cultivada o mais das vezes, entre o pesquisador da universidade e o professor da escola.

A produção historiográfica acadêmica, produzida no interior da pós-graduação se consolida já nos anos 70/80 do século passado. A revisão histórica que então se inicia sofre ainda o constrangimento, particularmente nos anos 70, da repressão e censura promovida pela ditadura militar então vigente. Neste período era mais encontrada a produção de brazilianistas (pesquisadores estrangeiros) que transitavam mais livremente pelos arquivos e pelos temas que incomodavam o status quo. Se a pesquisa histórica era dificultada sempre que se pretendesse enveredar por outros temas que não a anódina história político-administrativa tão cara aos historiadores tradicionais, mais difícil ainda era a disseminação destas novas discussões junto a um público mais amplo e especialmente no ambiente escolar.

O exame dos manuais didáticos destinados ao ensino escolar, de crianças e jovens revela que os conteúdos propostos guardam uma admirável persistência. É ainda e sempre a velha história que se repete. Positivista, tradicional, preocupada em inculcar uma clara perspectiva de classe. Tratava-se de ensinar a história do Brasil sob a ótica da elite dominante, através de uma releitura dos acontecimentos capaz de conformar uma determinada visão de sociedade. Esta perspectiva pode ser sucintamente caracterizada como uma história incruenta, sem conflitos e contradições, linear, conduzida pela elite branca com a contribuição consentida de índios, negros e pobres.

A incorporação dessa “nova história” produzida na universidade demora a chegar nas escolas. O simples fato da crescente e continuada expansão do sistema de ensino garante o acesso a escola de crescentes contingentes de alunos egressos das camadas mais pobres da população brasileira. Esta democratização numérica, deve ser controlada, na

ótica do regime ditatorial, através de um controle maior dos conteúdos escolares particularmente no âmbito dos textos destinados ao ensino de história, de geografia e da literatura. Era uma democratização do acesso à escola mas não do conhecimento e da cultura, estes continuavam sob controle. Tanto é assim que as inovações que se observavam no ensino e especialmente na pesquisa universitários demoram a chegar às escolas. É preciso que se realize a redemocratização com a extinção da censura e a conquista do direito de opinião.

Em meados dos anos 80, já sob o influxo da intensificação da luta pela redemocratização, com vitórias eleitorais em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e em diversos estados da federação é possível consolidar a discussão e a implantação de propostas de reformulação do ensino particularmente nas áreas das ciências sociais e humanas.

Uma particularidade do sistema público de ensino no Brasil é que coexistem um sistema particular e um sistema público. No âmbito do sistema público o ensino nas séries iniciais do ensino básico é em sua quase totalidade competência das municipalidades; já o ensino nas séries subsequentes, de 5. à 8., é atendido pelos municípios e pelas unidades federadas (denominados estados); já o ensino médio é em quase sua totalidade atendido pelos governos estaduais. Nesta divisão de atribuições e responsabilidades o governo federal atua prioritariamente no ensino superior e subsidiariamente no ensino médio e técnico. Muito embora esta divisão de atribuições há um ordenamento jurídico do sistema de ensino único, nacional que está fixado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A autonomia do professor em sala de aula, da escola em estabelecer sua proposta pedagógica se exercita no âmbito dos limites da referida Lei. Os materiais de ensino, o sistema de avaliação e progressão escolar, as cargas horárias das diversas disciplinas, o regime didático enfim, diferenciam-se de escola para escola, de região para região.

Considerando-se que no processo de ensino aprendizagem, especialmente quando se trata da educação básica o livro-texto, o manual, constitui-se em importante recurso

pedagógico no desenvolvimento do ensino. Praticamente toda disciplina escolar, em todas as séries utiliza-se de um manual. Sem o livro texto, que muitas vezes é o único livro a que o aluno tem acesso, é quase que impossível desenvolver as atividades de ensino aprendizagem. Diante desta circunstância, e reforçando tal prática o governo federal mantém a mais de uma década o denominado Programa Nacional do Livro Didático que garante à todo aluno da escola pública, seja municipal, seja estadual, gratuitamente, um manual por disciplina, em todas as séries do ensino básico.

A escolha do manual, do livro texto é feita pelo respectivo professor dentre de um catálogo de ofertas constituídos por diferentes autores, editoras e conteúdos programáticos. São mais de 100 milhões de livros entregues anualmente, é de se imaginar o interesse de autores e editoras em participar em um mercado destas dimensões. Não cabe aqui discutir as características e dimensões deste programa, a referência ao mesmo se justifica para revelar de a importância que é dada ao livro didático, e assinalar que não há a imposição de um determinado livro que tenha recebido o nihil obstat de um censor de plantão ou que tenha sido contemplado com o placet de quem quer que seja. Observadas certas diretrizes de natureza ética – respeito as diferenças, valorização da cidadania e dos valores democráticos, e de natureza pedagógica – a adequação do texto e doas atividades propostas ao desenvolvimento cognitivo dos alunos a que se destina o livro, qualquer autor e editora pode concorrer ao ingresso no catálogo e por conseqüência à seleção dos professores.

Manuais contendo novas proposições, novas metodologias vão surgindo, sua aceitação induz novas adesões e outras inovações temáticas. Observa-se inclusive que professores universitários de nomeada passam a interessar-se por este campo de atuação e sob sua responsabilidade são publicados livros–textos de história para uso escolar no ensino básico, que até então estava longe de suas preocupações.

Isto posto, quais são objetivamente as modificações que se podem observar no que diz respeito ao conteúdo do livro didático posto a disposição dos jovens? Para não ficar no campo das generalidades optou-se por escolher uma temática bem determinada e observar como a mesma aparece na “historiografia escolar”.

Ao contrário do que propunha a história positivista considera-se contemporaneamente que o conhecimento histórico resulta do labor do historiador ao defrontar-se com os testemunhos históricos. Não há condição de produção de uma história única ela sempre será parcial, marcada pelo tempo social, histórico em que é produzida. É o historiador que escolhe o tema, o enfoque, que constrói o problema a ser investigado, é ele que determina que testemunhos irá procurar. Seguramente a “história é filha de seu tempo” mais ainda, a história é filha do historiador. Esta pluralidade torna possível uma ampla renovação de métodos, de objetos que vai resultar na anteriormente referida renovação e revisão do conhecimento histórico.

A produção do conhecimento histórico atende de um lado o interesse, a curiosidade, a idiosincrasia do próprio pesquisador mas simultaneamente responde também ao interesse de uma comunidade de iguais, outros historiadores que chancelam, reconhecem e autorizam esse conhecimento novo . O interesse por determinado tema, a adoção de determinada perspectiva de análise e explicação pode vir a responder a uma necessidade instrumental de determinado grupo social. A pesquisa histórica neste caso deixa de ser um exercício desinteressado, um livre pensar acadêmico e transforma-se num conhecimento para alguém, para alguma coisa.

É precisamente este carácter instrumental que o conhecimento histórico assume que lhe garante sua institucionalidade. Este conhecimento passa a ser o conhecimento, a explicação, que interessa, que legitima, os interesses de determinado grupo social. Este conhecimento é agora apropriado pelo grupo, que nele se identifica e se legitima. Este é um conhecimento dominante, hegemônico, ao qual se contrapõe um novo conhecimento. Emerge uma nova história. Marc Ferro insiste na existência de um foco instituidor que produz a história oficial e focos de contra-história que produzem outra versão ou buscam legitimar novas perspectivas de explicação do passado.

A produção de uma nova história no circuito dos especialistas ‘é algo facilmente identificável e enconradiço. Coisa diferente é instituir no ensino escolar uma nova

história. Pois enquanto na universidade é condição de sua existência o livre embate de idéias na escola prepondera a dimensão formadora de identidade, a dimensão da transmissão e conservação de um determinado patrimônio cultural.

Para início de conversa deve-se reconhecer a escola, como uma instituição voltada para a configuração e conformação de um determinado cidadão. É na escola que se inicia a socialização dos indivíduos, é nela que se transmite uma bagagem mínima do patrimônio cultural herdado e que a sociedade entende que deva ser preservada. A criança não vai a escola simplesmente para aprender a ler e escrever, vai também para reconhecer-se entre iguais, pertencentes todos a uma mesma comunidade nacional. Na escola lhe é dito o que deve escrever e ler. Estes limites são estabelecidos pela sociedade, não só pelo governo. Como a sociedade é complexa, múltipla, contraditória, é um segmento dela que exercita a hegemonia. E, enquanto segmento hegemônico procura configurar a conjunto da sociedade aos seus interesses.

Orwell em a Revolução dos Bichos expõe com brilhantismo e crueza como as verdades inscritas na parede do celeiro vão se modificando ao bel prazer e interesse daqueles “que são mais iguais que os outros”. Por certo numa sociedade democrática “as verdades que são inscritas na parede do celeiro” são aquelas que alcançam determinado grau de consenso, que resulta de um processo de negociações entre interesses contrários quando não contraditórios. É assim que no próprio processo de legitimação de um determinado discurso histórico que se pretende hegemônico floresce a possibilidade da construção de um outro discurso contra-hegemônico, que aspira por certo constituir-se em hegemônico quando as condições da luta social o permitirem.

O Brasil, desde os tempos coloniais, caracteriza-se por uma profunda desigualdade social. Ao lado de uma minoria rica “terra teniente”, vive uma massa de deserdados. As transformações ocorridas no último século resultaram numa sociedade urbanizada, fortemente industrializada e numa agricultura moderna, produtora de commodities. Fruto destas profundas transformações pode-se dizer que os principais focos das tensões sociais localizaram-se no campo. As populações camponesas, pobres,

vivendo nas franjas das fronteiras agrícolas foram rápida e sucessivamente atingidas pelas referidas transformações. Um exemplo desse enfrentamento ocorreu no sul do Brasil, na segunda década do século XX, e ficou conhecido como “Guerra do Contestado”. A referida Guerra do Contestado(1911-14) caracteriza-se pelo enfrentamento militar entre camponeses pobres, denominados “caboclos” que habitavam as áreas mais inóspitas, no interior do estado de Santa Catarina e as forças militares regulares dos governos estadual e federal. O móvel do conflito é a ruptura da cultura cabocla e de seu modo de vida. Ocorre que com o advento da República foi instituído a obrigatoriedade do casamento civil, a cobrança de impostos se intensifica e a construção de uma ferrovia na região traz como consequência a privatização das terras até então devolutas. Sentindo abalado seu modo tradicional de vida os caboclos reagiram atacando vilas e propriedades vizinhas.

No dizer de MONTEIRO,

“nos manuais mais divulgados de História do Brasil, os movimentos aqui estudados, em geral aparecem – quando aparecem – sob a forma de referências breves, quase sempre distorcidas. Na melhor das hipóteses, tem sido tratados como erupções perturbadoras no curso da realização de alguma coisa como uma espécie de “destino nacional”. Quando é este o caso, são, por exemplo, mencionados, no contexto da corrente histórica mais importante, como obstáculos enfrentados pelo processo de consolidação da República.

As deficiências de informação, decorrência do fato de que os participantes desses movimentos – pelo menos nas fileiras – eram homens analfabetos, não é suficiente para explicar a qualificação que recebem, vagamente, mas de modo regular, como expressões de “fanatismo” e de “banditismo. As distorções ideológicas e o etnocentrismo parecem ser razões mais plausíveis para isto. Ainda mais, é sugestivo o fato de que, mesmo quando as interpretações são servidas por uma atitude simpática e compreensiva, o resultado, muitas vezes, é a busca de explicações que recorrem de modo apressado à luta de classes, ponto final a que se chega, “em última análise. p.85

”

Este texto referencial pois é parte de importante obra de sistematização do conhecimento histórico brasileiro que se constitui em verdadeiro estudo do estado da arte. A obra coletiva foi dirigida inicialmente por Sérgio Buarque de Holanda e mais

tarde por Boris Fausto, ambos os historiadores de nomeada no meio universitário brasileiro.

A ausência de qualquer referência a “Guerra do Contestado” devia se em grande parte ao fato da historiografia tradicional, de viés positivista, desconsiderar eventos desta natureza como relevantes historicamente. É importante que se diga que os primeiros estudos acadêmicos a respeito da Guerra do Contestado não foram feitos por historiadores, mas por sociólogos ou antropólogos. É o caso, aliás, do próprio Monteiro, acima citado.

Compulsando alguns manuais didáticos de uso generalizado nas escolas do ensino básico o que é possível observar? Tomando ao acaso quatro manuais, publicados nos anos de 1975, 1980, 1996 e 1997 observa-se a crescente ampliação quantitativa de referências ao evento ora considerado.

Na obra publicada em 1975, o tema ocupa 15 linhas num livro de 151 páginas; naquela publicada em 1980 corresponde a meia página em 312; nas obras mais recentes o espaço dedicado é maior. No livro de 1996 pouco mais de duas páginas em 175 e no último livro, de 1997 corresponde a uma página e meia em 200.

Enquanto na primeira obra referida o registro é sucinto, quase asséptico – “Nessa região, onde se sucediam as brigas pelo poder político, grupos de pessoas reuniam-se em vários núcleos rebeldes.. (que) eram contrários à República e favoráveis à restauração da Monarquia.”(HOLLANDA, p. 73).

O segundo livro de autoria de KOSHIBA e PEREIRA ( p. 227), caracteriza a área como uma “região de violências (desde o século XVIII)..... Ao lado do caráter violento da sociedade, desenvolve-se ali, a exemplo do nordeste, um catolicismo rústico...”

O terceiro livro é o que mais ampla e adequadamente trata a questão. Caracteriza a “Guerra do Contestado” como um movimento messiânico provocado pela expulsão dos camponeses de suas terras, pelos conflitos políticos que envolviam os governos regionais,

pela ação de uma grande empresa norte americana que se dedicava a extração de madeira. O movimento...(foi considerado... ) “subversivo e monarquista”.(MOTA & LOPEZ)p. 98.

Para os autores do quarto livros analisado a revolta dos camponeses teve como causa principal conflitos pela posse e propriedade da terra. Os revoltosos seguiam profetas populares que “eram contra a República, a “lei do diabo”, causadora de todos os males e sofrimentos pelos quais o povo estava passando. “ (PILETTI & PILETTI) p. 66.

O que acontece entre 1975 e 1997? A que se deve a mudança de tratamento a questão da Guerra do contestado Inicialmente desconsiderado, depois merecedor de uma breve referência , é mais recentemente, beneficiado com um tratamento mais adequado transformando o movimento daqueles camponeses em objeto de estudo histórico relevante. Em 1975 os estudos acadêmicos já haviam como que reconhecido a dimensão histórica dos movimentos populares camponeses ocorridos na passagem do século XIX para o XX. Esse saber acadêmico passa a ser considerando relevante como saber escolar por duas ordens de fatores. De um lado a própria luta contra o regime ditatorial reunia as forças do campo popular e uma forma de enfrentamento era, no campo do ensino de história, fazer referência positivas a quaisquer situações em que os setores subalternos da sociedade brasileira houvessem enfrentado o status quo. Se não era possível falar da luta contra a ditadura faziam-se referências simpáticas aos movimentos populares em geral. Claro está que tal expediente era possível nos anos 80 quando a ditadura dava seus primeiros sinais de enfraquecimento.

Nestes termos a incorporação da temática, de modo mais abrangente era uma expressão difusa de um anseio de democracia e liberdade.

Um segundo elemento que deve ser considerado é o surgimento de um novo ator social que passa a ter um protagonismo cada vez maior na cena política e social brasileira. Trata-se do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, que arregimentando os camponeses expropriados de suas terras inscreve na ordem do dia a questão da reforma agrária. A ação política do MST volta-se para a sensibilização da

população urbana contando com o apoio da Igreja, dos sindicatos mais combativos de tal forma que suas reivindicações contam hoje com a simpatia da sociedade brasileira.

Na busca da legitimação de sua luta o MST assume os movimentos sociais do início do século XX, como é o caso da Guerra do Contestado como os primeiros movimentos de luta pela terra. Este discurso se enraíza especialmente por que muitos dos atuais sem terra são Caboclos, descendentes daqueles envolvidos nos conflitos agrários.

Há sem dúvida uma significativa simetria entre o fortalecimento e a consolidação da luta do MST com o tratamento que é dado, mais recentemente, nos manuais didáticos a participação popular na história do Brasil.

#### Referências bibliográficas

- FERRO, Marc. A história vigiada. São Paulo, Martins Fontes, 1969.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque e Outros. História do Brasil 2: da Independência aos nossos dias. 6.série, 1 grau. 3.ed.São Paulo, Ed. Nacional, 1975.
- KOSHIBA, Luis & PEREIRA, Denise Manzi Frayze. História do Brasil. 3.ed. São Paulo, Atual,1980.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In. FAUSTO, Boris. História geral da civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Difel, 1975. t. 3, v. 2.
- MOTA, Carlos Guilherme & LOPEZ, Adriana. História e civilização, o Brasil Imperial e republicano. 3.ed. São Paulo, Atica, 1996.
- PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. Historia e vida, 2: Brasil do Império aos dias de hoje. 11.ed. São Paulo, Atica, 1997.